

Reajustes

Vitória no TJDFT não encerra a luta

A decisão do Tribunal de Justiça do DF em rejeitar a inconstitucionalidade das leis que reestruturaram em 2013 as carreiras do GDF foi, sem dúvida, uma grande vitória dos servidores. Desde o anúncio da ADI pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, as entidades se uniram no Movimento Sindical em Defesa do Serviço Público, que culminou com a vitória no julgamento ocorrido no dia 26 de maio.

O Sindicato dos Odontologistas teve participação destacada desde o início dessa luta, colaborando com o Movimento e mobilizando a categoria nos momentos decisivos.

Porém, essa foi apenas uma batalha. O Movimento continua articulado para defender os direitos dos servidores, que continuam sendo atacados pelo atual governo, a exemplo dos Projetos de Lei Complementar n.º 19 (regime de previdência complementar), 20 (aposentadoria do servidor público que exerça atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física) e 21 (requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência), enviados pelo Executivo para apreciação em regime de urgência na Câmara Legislativa.



No dia 3 de junho, o SODF participou de audiência pública naquela Casa para discussão dos três projetos; na semana se-

guinte, o GDF retirou o regime de urgência, com o intuito de abrir um debate mais aprofundando com os representantes sindicais.

Sindicato fecha Acordos Coletivos com ganhos para os cirurgiões-dentistas

Maior foi mês de data-base para os cirurgiões-dentistas empregados do Sesc e do Sindiserviços. O Sindicato dos Odontologistas e as direções das duas instituições negociaram e firmaram os Acordos Coletivos válidos até abril de 2016.

No Sesc, a categoria obteve reajuste salarial de 9%, além de manter as cláusulas do ACT anterior. No Sindiserviços, o reajuste foi de 8%, o que elevou os pisos dos cirurgiões-dentistas para R\$ 3.105,00 (20 horas) e R\$ 6.210,00 (40 horas).



com adicional de 100%, além do custeio das despesas com refeição e transporte nesses dias, entre outras cláusulas.

O Acordo do Sesc já foi homologado no Ministério do Trabalho e Emprego, e o do Sindiserviços aguarda homologação.

Tendo em vista a possibilidade de se conquistar avanços para a

categoria por meio dos Acordos Coletivos, a diretoria do SODF convida os colegas empregados de outras instituições a procurarem o Sindicato para que este intermedie as negociações.

ITBI e IPTU: SODF obtém imunidade tributária

Em resultado de requerimento feito à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, baseado na legislação vigente, o Sindicato dos Odontologistas conquistou a imunidade tributária do imóvel onde está sediada a entidade. Isso vai permitir ao SODF requerer o ressarcimento dos valores pagos a título de ITBI e IPTU.

A iniciativa é mais uma demonstração da preocupação permanente da diretoria com a austeridade contábil do nosso Sindicato.

Ministro diz que não há corte de orçamento na saúde

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, disse que não há corte de orçamento de sua pasta, durante a 270.^a Reunião Ordinária do Pleno do Conselho Nacional de Saúde, no dia 10 de junho. “Contingenciamento não é corte definitivo, é bloqueio. Não haverá comprometimento do cronograma e programas, nós fomos preservados”, avaliou Chioro, ao debater o ponto de pauta da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento - COFIN/ CNS.

Segundo o ministro, a Saúde tem R\$ 3,1 bilhões a mais neste ano. “Este recurso foi negociado para fechar 2015 conseguindo cumprir as despesas do ano passado pagas este ano”, explicou. Os conselheiros demonstraram preocupação com o contingenciamento, especialmente para a Atenção Básica, a Assistência Farmacêutica, o Mais Médicos e o Mais Especialidades.

Financiamento – Para Chioro, o CNS sempre teve o compromisso de construir alternativas para o financiamento e traz a mobilização da sociedade para encontrar soluções. “Tenho feito a minha parte, mobilizando secretários, governadores e prefeitos. Estou preocupado com o debate político para sustentar e manter o SUS”, ressaltou.

Como encaminhamento, o ministro da Saúde propôs que o CNS e o Ministério da Saúde debatam, dentro de 30 dias, a questão de novas fontes para que a área da saúde – de modo a entrar no segundo semestre de forma mais articulada. “O que devemos discutir é como usar o recurso, qual é o modelo assistencial que temos, qual o modelo de gestão. Vamos continuar gastando como gastamos ou vamos inverter o sistema?”, questionou o ministro.

(Equipe de Comunicação do CNS. 11.06.15)